



## **EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UMA CIDADE EDUCADORA: DESAFIOS PARA REPENSAR O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CIDADES E O PAPEL DOS DIVERSOS ATORES SOCIAIS**

Marisaura dos Santos Cardoso<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho pretende fazer uma reflexão sobre a importância das cidades enquanto espaço socioeducativo não só do ponto de vista da educação formal, mas aquela voltada para a cidadania de crianças e adolescentes. A escola neste sentido cumpre um papel fundamental, o de construtor de espaços extramuros para desenvolver processos educativos que problematizem os problemas sociourbanos das grandes metrópoles. Pretende ainda discutir a atual situação crítica das grandes cidades, que são cada vez mais excludentes e problematizar as condições sociais em que vivem as crianças e adolescentes expostas a diferentes formas de exclusão social. Confinadas em suas casas, nas escolas ou nos shoppings, estes espaços podem realizar uma função muito sutil, mas muito útil: o disciplinamento dos corpos infantis. O problemático deste processo está na crença de que isto é certo, é natural, é evidente, é familiar. As crianças e adolescentes são excluídas da cidade porque estão excluídas dos projetos da sociedade pós-moderna por serem 'incômodas'. Entretanto, é possível projetar cidades e entornos mais habitáveis, como espaços para encontros e intercâmbios, com equipamentos e infraestruturas culturais, lúdicas e formativas, que contribuam para a melhoria da qualidade social de vida das pessoas com a participação da escola, das famílias, da comunidade e do poder público. Numa visão de cidade como território de existência plena da cidadania, todas as pessoas ensinam e aprendem, e podem ensinar e aprender conhecimentos significativos. Acredita-se que as grandes metrópoles são espaços não só para habitabilidade e sobrevivência das pessoas, mas são espaços para formação de uma cultura ampla e promotora do desenvolvimento social. As cidades são como grandes espaços do aprendizado em torno do convívio social, da

1. Mestranda em Educação, Gestão Social e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA. Especialista em Seguridade Social e Mercado de Trabalho pelo Instituto de Educação Continuada (IEC) PUC Minas e em Serviço Social pela UnB. Graduada em Serviço Social pela PUC Minas. Analista na instituição PUC Minas.



emancipação humana e da participação cidadã. Portanto, elas só se tornarão educativas com a participação efetiva do Estado e da sociedade. Os meios de comunicação são mecanismos poderosos que podem contribuir para informar e educar, desinformar e controlar a opinião pública, bem como banalizar os graves problemas que a sociedade enfrenta nas grandes cidades, além de incitar o consumo, a superficialidade, o individualismo e a lógica do efêmero e do descartável. A reestruturação das políticas educacionais, no país, deve, portanto, priorizar ações que garantam em termos de formação humana, uma educação que ultrapasse os conteúdos formais apreendidos nas salas de aula, mas que seja capaz de desenvolver uma habilidade nos educandos, para uma leitura crítica e reflexiva da realidade social e local, da condição das pessoas, enquanto seres humanos, mas também enquanto sujeitos que interagem, que se relacionam com outros e com as estruturas da sociedade; construtoras de sua própria história e dos seus próprios caminhos e projetos. Por esses motivos acima levantados, este trabalho pretende contribuir para discussão e reflexão em torno da necessidade de se repensar políticas educacionais a partir de uma visão ampla de educação, e esta deve ser planejada para muito além dos muros da instituição escola, mas considerar a cidade como espaço do aprendizado por excelência, com todas as suas contradições, problemas e potencialidades, com sua cultura urbana e suburbana, ao mesmo tempo local e cosmopolita.

**Palavras-chave:** Educação, Políticas Públicas, Cidade Educadora, Criança e Adolescente, cidadania

### **A EDUCAÇÃO APROPRIANDO-SE DA REALIDADE LOCAL PARA A PROMOÇÃO DE PROCESSOS INOVADORES – UM DEBATE INTRODUTÓRIO E NECESSÁRIO**

O interesse pelo tema partiu de estudos acerca da obra dos autores REDIN, Euclides<sup>2</sup>. ZITKOSKI, Jaime José<sup>3</sup> e WÜRDIG, Rogério Costa<sup>4</sup>, os quais realizaram uma discussão relacionando a necessidade de se ter uma escola que seja cidadã, as políticas públicas e o papel de uma cidade educadora na educação de crianças e adolescentes, além de apontar alguns desafios para repensar a vida nas cidades, especificamente das crianças e adolescentes. Este debate compreende uma série de discussões realizadas na disciplina de Fundamentos da Educação, da Gestão Social e do Desenvolvimento Local, do Programa de Mestrado do Centro Universitário UNA, Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (GSEDL).

2. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNISINOS

3. Professor Ajuento do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS

4. Professor Assistente da UFPel e Doutorando no PPG - Educação da UNISINOS



As discussões internas realizadas no decorrer da disciplina foram profícuas, a partir do momento em que os olhares e a compreensão em torno da educação, abriram-se para absorver novas concepções e perspectivas de análise sobre esse tema. As descobertas provocaram várias inquietações, uma delas diz respeito ao grande desafio de envolver novos sujeitos nos processos educacionais. Educar não é só papel da escola ou só da família. Educar é uma arte que envolve uma estrutura complexa e a participação de diversos atores. A grande questão é fazer com que esses novos atores sociais se envolvam e contribuam para o desenvolvimento de um processo educacional que problematize também os grandes dilemas da sociedade, os problemas vivenciados pela população nos espaços urbanos com toda sua complexidade dentro das atividades escolares. Como a escola pode contribuir para transformação social, produzindo conhecimentos para além dos livros, para além das salas de aula, transpondo o universo restrito do ambiente escolar para dialogar com novos saberes, e assim, contribuir com o desenvolvimento social?

As discussões apontaram também para necessidade de ressignificar o conceito de educação para superar definições cristalizadas e restritas, absorvendo, agora, outro muito mais amplo, complexo, provocativo e desafiador. Trata-se de romper com uma visão limitada deste conceito que sustenta modelos arcaicos de ensino, ainda insistentes no processo educacional dos indivíduos, para abrir-se ao novo, ao desconhecido e partir desta aproximação, desvendar o que está oculto, aprender e compreender que os saberes são dinâmicos, aprimoram-se e precisam estar sintonizados com a realidade concreta, pois esta, sempre, oferece novos desafios e novos desconhecidos. Em suma, este debate é apenas um aperitivo que merece ser apreciado, mas ele não se encerra nestas poucas páginas. A sua proposta é trazer à tona, que a arte de educar é responsabilidade de toda a sociedade. Aproveitem a leitura.

Dowbor (2007) vai discutir o papel da educação como instrumento científico e pedagógico para apreensão do conhecimento sobre a realidade local, com vistas à sua transformação. Implica envolvimento de todos nesse processo como escolas, líderes comunitários, entidades de pesquisa, o poder público local, universidades e a própria comunidade de um modo geral.

O autor vai destacar também a importância em se garantir uma orientação sistemática de inclusão da realidade local, nos currículos escolares. Ele acredita que a educação para desenvolvimento local está diretamente relacionada à compreensão da necessária formação de pessoas para que sejam partícipes também do processo de educar, bem como atuar para as mudanças necessárias em seu entorno social.



Num contexto marcado pela globalização da economia, a educação permite ao indivíduo compreender as dinâmicas e a realidade social e local. Para se desenvolver ações políticas que efetivem condições de melhorias da população, torna-se necessário investir em iniciativas que estejam vinculadas às demandas da região, na busca de melhorias das condições de vida das pessoas.

Em sintonia com as iniciativas locais, é necessário que a educação, seja demandatária não só dos conhecimentos produzidos nas instituições de ensino, mas também, que saiba articular o conhecimento que é produzido pela academia com o saber popular, com as iniciativas e os diversos atores sociais. Os conhecimentos gerais produzidos na academia devem, segundo Dowbor (2007) materializar-se em possibilidades de ação no plano local. Por meio da educação, as pessoas podem não só apreender, mais construir e articular os diversos conhecimentos que são produzidos no ambiente escolar e social. A escola neste sentido passa a ser uma articuladora entre os diversos saberes, além de contribuir para o desenvolvimento local.

A informação, segundo Dowbor (2007) é fundamental, pois ela possibilita identificar as fragilidades e os pontos de atuação de uma determinada região. Onde há carências e problemas a serem atacados, existe uma necessidade de construir ações e estratégias que realmente consigam afetá-los. A escola deve ser muito mais do que uma instituição que transmite conhecimentos, mas deve estimular ações exitosas no ambiente local, trabalhar com vistas a envolver novos atores e novos projetos tendo em vista que o desenvolvimento local implica na participação de todos, como poder público e sociedade, etc.

A tecnologia pode e deve ser utilizada como instrumento catalisador de informações, capaz de possibilitar a conexão entre a população local, com os conhecimentos disponibilizados no universo virtual.

A inserção do conhecimento local no currículo e nas atividades escolares implica em mudanças significativas na rotina escolar, no conteúdo tradicional para inserção de novos temas a partir das experiências e da própria cultura locais.

Para Carbonel (2002), as inovações devem fazer parte do cotidiano escolar, elas devem desdobrar-se em ações efetivas para o desenvolvimento social e local. Neste sentido ele destaca que é necessário apostar em mudanças estruturais, não só na política de educação, como também, no ambiente escolar.

[...] é evidente que devemos repensar seu sentido [escola] para que os seres humanos recebam uma aprendizagem sólida que lhes permitam enfrentar criticamente as mudanças aceleradas da atual sociedade da informação e do conhecimento (p. 16).



Para este autor (2002), a escola, por um longo tempo, foi acusada de não ser receptiva às novas experiências e vivências culturais que chegam por meio das crianças e dos adolescentes ao convívio escolar. O autor vai destacar também que a influência da televisão, dos jogos eletrônicos, etc, tem estimulado principalmente crianças, adolescentes e a própria juventude, ao apego às questões mais superficiais do cotidiano, ao consumo e à falta de engajamento destes em questões mais estruturais e que dizem respeito à sua realidade social e local (CARBONEL, 2002).

Para o autor o fenômeno da globalização da economia, ao incidir nos diversos âmbitos da sociedade, não deixa de afetar também as políticas educacionais, em que se observa uma influência monopólica dos interesses econômicos, determinando os rumos políticos da educação, com vistas ao cumprimento de metas de rendimento escolar em detrimento de uma ação pedagógica que considere as culturas e as formas mais alternativas de aprendizado. O que se percebe é um esforço enorme para corresponder aos indicadores relacionados ao bom desempenho no âmbito da educação, mas muitas vezes estéril do ponto de vista de uma formação que seja realmente educadora e formadora de novos sujeitos engajados e comprometidos com sua realidade local, que conheça suas questões e seus problemas sociais.

A discussão que Carbonel (2002) faz em torno da inovação no contexto educacional visa ressaltar o conjunto de intervenções, decisões e processos com certo grau de intencionalidade com vistas a modificar as atitudes, as ideias, as culturas, os conteúdos, os modelos e as práticas pedagógicas. Os processos inovadores a serem implementados com adoção de novos projetos, programas, conteúdos e estratégias no ensino e na aprendizagem dos educandos, devem ser tratados de maneira multidimensional, tendo em vista suas múltiplas formas de atuação bem como as múltiplas dimensões ou áreas em que eles podem atuar. Esses processos educacionais, segundo o autor estão condicionados a ideologias e estão relacionados às lógicas do poder e controle do conhecimento. Neste sentido, o autor (2002) vai mostrar que existem diferenças entre o conceito de inovação e o de reformas. Destaca que ambos têm relação com a magnitude da mudança que se quer implementar.

A reforma não é sinônimo de mudanças, segundo Carbonel (2002). A simples modernização de uma escola, por exemplo, não é sinônimo de inovação. Esta implica em mergulhar nas coisas elementares de uma formação compreensiva e integral que considere e dê conta de lidar com todas as diferenças culturais que integram o ambiente escolar.



O autor destaca também que as verdadeiras inovações devem partir da própria comunidade, do corpo docente, do colegiado de pais e mestres e estas inovações têm muito mais possibilidade de êxito e continuidade do que aquelas que emanam de cima.

Alguns fatores são básicos para a promoção da inovação na educação: equipe de docentes engajada com os processos de inovação; comunidade educadora e receptiva às novas mudanças. A população precisa estar aberta à mudanças com a vontade de compartilhar objetivos para a melhoria e transformações que se queira implementar (CARBONEL, 2002).

A inovação se enriquece com intercâmbio e com a cooperação de todos os envolvidos. As propostas de mudança dentro de um contexto territorial exige que a escola esteja aberta para inovar, e quando há um movimento de mudança em sua área ou contexto local, a escola não pode restringir-se nela mesma, mas procurar formas de inovação a partir da sua realidade local acompanhando a dinâmica social.

Para Carbonel (2002) a inovação requer um ambiente de bem estar e confiança, uma intensa e fluída comunicação nas relações interpessoais. É importante que se desenvolva processos inovadores e para tanto, torna-se necessário construir um ambiente adequado e com clima favorável, com espaços para interação e descontração. As inovações não devem limitar-se na realização de ações pontuais e esporádicas, mas devem ser assumidas na vida educacional sem retrocessos, mas que se torne uma rotina.

O autor frisa também que as inovações no contexto educacional devem ser vividas com intensidade e profundidade. É preciso que sejam refletidas e avaliadas com rigor, sendo necessários, o registro, os debates, a sistematização, o acompanhamento bem como o contraste e o comparativo e a valoração no momento da avaliação. Enfim, as inovações devem perpassar por todas as etapas dos processos educacionais.

Carbonel (2002) aponta para existência de alguns fatores que dificultam a produção de processos inovadores, dentre eles destacam-se: as resistências e rotinas cristalizadas; o individualismo e o corporativismo interno; o pessimismo e o mal-estar docente. Os efeitos perversos das reformas, a existência de uma dicotomia entre a autonomia da inovação e as exigências escolares, ou seja, existência da aplicação de uma metodologia ativa que muitas vezes não se sintoniza com os processos oficiais obrigatórios do processo formal de ensino-aprendizagem.

O autor vai destacar a importância do conflito como altamente pro-



duativo, pois possibilita o aparecimento das divergências, o esclarecimento de dúvidas e posicionamentos distintos. Aprofundar o debate em torno das dificuldades leva os indivíduos ao amadurecimento intelectual e cultural.

O autor (2002), ao problematizar o lugar das pedagogias inovadoras, aponta para uma suposta falência ou impertinência destes modelos. A defesa em torno do fim destas pedagogias, assim como são decretados a falência do trabalho, dos princípios do fim do mundo, além de reforçarem a sua 'desnecessidade', reforçam o entendimento em torno de uma uniformidade dessas pedagogias como se todas elas fossem a mesma coisa. As pedagogias inovadoras possuem um discurso crítico em relação ao modelo de escola tradicional. Elas existem, mas são ignoradas, esquecidas e marginalizadas. Essas pedagogias caracterizam-se pela ênfase na cooperação e na participação, no compromisso com as transformações sociais e no contexto educacional. Sua concepção deve estar integrada com o conhecimento cada vez mais globalizado, mas também com os saberes que são produzidos no âmbito local; comprometida com a luta pela igualdade social e com o respeito às particularidades de cada cultura e região.

Para este autor, qualquer método inovador deve considerar três premissas ou critérios educativos a saber: a curiosidade como ponto de partida. Esta deve ser estimulada no processo ensino aprendizagem; a pedagogia do erro. O erro é um elemento fundamental na arte de inovar, bastante fértil, uma vez que é uma fonte valiosa de informações e um ponto de partida para o aprendizado. Outra premissa é a memória compreensiva, que segundo este autor (2002) não se trata do uso de memorização como forma de armazenamento acrítico de informações, mas se trata da utilização do método de memorização com uma racionalidade útil, compreensivo e criativo. Uma memória que ajude a organizar informações, estabelecer relações e associações no espaço e no tempo, de forma que facilite a compreensão dos conceitos relevantes, apreendendo conteúdos, estratégias e procedimentos que permitam reestruturar e enriquecer continuamente as mentes humanas.

As pedagogias inovadoras com sua orientação mais democrática, popular e social aplicam-se de maneira exitosa em escolas rurais e nos subúrbios das grandes cidades. A Escola italiana de Barbiana criada por Milani; as inúmeras escolas inspiradas no pensamento de Dewey nos bairros operários de muitas cidades americanas; Freire na educação de adultos e outras experiências de educação popular como a escola do povo de Vence fundada por Freinet e outras inspiradas pelo Movimento de Cooperação Educativa nos subúrbios



de Roma ou Turim; a rede de escolas infantis de Reggio Emília; as escolas integradas no projeto de cidade educadora de Porto Alegre, que têm como referências Vygotski, Piaget e Dewey; as escolas progressistas e anglo-saxãs destinadas à classe trabalhadora que se inspiram nos trabalhos de Stenhouse e Goodson e as inúmeras experiências de educação crítica estudadas e difundidas por McLaren e Giroux (CARBONEL, 2002).

Segundo o autor (2002) a autonomia enquanto elemento primordial para o desenvolvimento de processos inovadores, não se confunde com autonomia liberal ou conservadora associada à liberdade de consciência docente ou de cátedra, muito menos a uma autonomia neoliberal associada à competência, desregulamentação e privatização, mas uma autonomia associada à diversidade e criatividade pedagógica e organizativa, a qual consiga evitar mecanismos que gerem a falta de solidariedade, o preconceito e a marginalização.

Para favorecer a inovação no ambiente escolar, é preciso ainda oferecer uma resposta aos educandos que apresentam dificuldades bem como aos que conseguem avançar. Para se criar condições a fim de despertar expectativas em todos os educandos, é preciso pensar em alternativas para fazer frente ao fracasso escolar, com a adoção do princípio de que é possível gerar expectativas positivas de aprendizagem e de êxito educativo para todos os educandos.

Para este autor (2002), o conflito faz parte do processo de formação do sujeito, ele expressa o confronto de ideias e o debate saudável acerca de questões polêmicas, difíceis de serem assimiladas. Para intervir em processos conflituosos é preciso ter criatividade e habilidade especiais para identificar as causas, buscar alternativas que suscitem o amplo debate e que estimulem a reconsideração de posições e de concepções do educando, se for o caso.

Converter as escolas e seus arredores em lugares mais verdes, saudáveis e sustentáveis; dinamizar a biblioteca e fomentar o hábito da leitura como espaço democrático, em que a comunicação tenha transparência e fluidez, torna-se fundamental para gerar um clima aberto e estimulante que propicie o desenvolvimento das subjetividades tendo em vista a eclosão de experiências, desejos, contradições e particularidades coexistentes no ambiente escolar. Estas intenções devem encontrar na escola um ambiente de cooperação e de solidariedade no trabalho com uma equipe que se disponha a atuar de maneira colaborativa (CARBONEL, 2002).



## **AS CIDADES E O DRAMA DA INFÂNCIA – QUESTÕES PARA REPENSAR O SEU PAPEL DE EDUCADORA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

A cidade ideal...

*“ deve ter alamedas verdes  
a cidade dos meus amores,  
quem dera os moradores  
... e os pintores e os vendedores  
... as senhoras e os senhores  
... e os guardas e os inspetores  
fossem somente crianças.”*

( Irmãos Grimm “Os músicos de Bremen”

Adaptação de Chico Buarque nos “Saltimbancos” )

Para discutir sobre o drama da infância nas cidades, os professores Euclides Redin, Dr. Jaime José Zitkoski e Ms. Rogério Costa Würdigg (2005) vão destacar a relevância do debate tendo em vista que  $\frac{3}{4}$  da população brasileira se concentra nos perímetros urbanos em espaços cada vez mais reduzidos, em habitações cada vez mais precárias e em circunstâncias cada dia mais violentas. Por sua vez, as crianças vivem em um ambiente de confinamento em condomínios, apartamentos, longe do convívio social. Enclausuradas em seu mundo, cercadas pelas grades e câmeras por todos os lados, restando-lhes o mundo da internet, dos jogos eletrônicos e dos programas de TV.

De outro lado, estão as crianças marginalizadas da periferia, expostas a todas as formas de violência, negligência e de exclusão social. São dois mundos de um mesmo público social que enfrentam o drama de viverem e coexistirem em um mesmo espaço urbano que ao mesmo tempo limitam a presença de crianças nos espaços públicos.

Para estes autores (2005) cabe uma pergunta fundamental para se pensar as áreas urbanas como espaços de formação e de educação do ponto de vista da cidadania e da inclusão. Além de pensar na possibilidade de uma cidade cujos protagonistas também sejam crianças e os adolescentes. Os autores advertem para o fato de que as crianças ou estão nos shoppings, nas escolas, em suas casas. E para estes autores todos estes espaços realizam uma função muito sutil, mas muito útil: o disciplinamento dos corpos infantis. Isto é grave se compreendida sob o ponto de vista de uma educação emancipatória e que promova a cidadania e a inclusão social. “Tornar os corpos dóceis e disciplinados é o caminho mais eficaz para disciplinar as mentes e o pensamento” (p. 2)

Segundo os autores (2005), as crianças estão excluídas da cidade por que são excluídas de outros espaços, como o direito à vida,



[...] onde de 1000 crianças nascidas, 36 morrem antes de completar um ano de idade – número este considerado insuportável para qualquer sentimento minimamente humanitário; excluídas também do direito à escola, pois, no Brasil 1,1 milhão de crianças na faixa etária do ensino fundamental obrigatório estão fora da escola, sem contar com o número alarmante de crianças que abandonam a escola ou são reprovadas, o que também se constitui numa exclusão dentro da escola. Além disso, 14,7 % dos maiores de 15 anos são analfabetos, isto é, são jovens e adultos que um dia foram excluídos; do direito à dignidade, pela miséria, pela fome, pela criminalidade, pela repressão, pela falta de convivência familiar e comunitária. Por outro lado, 24 % da população brasileira vive em famílias com renda inferior a meio salário mínimo, excluídas de medidas efetivas de proteção, estimulação cultural, física, social e emocional, do acesso a programas sérios de saúde e alimentação por serem apenas atendidas por campanhas esporádicas de imunização e assistência (p. 2).

Segundo REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG (2005), as crianças são excluídas da cidade “porque estão excluídas dos projetos da sociedade pós - moderna na era da globalização”, são “incômodas e descartáveis”, muitas delas já não são crianças por serem trabalhadoras (vítimas do trabalho infantil) ou são “adultizados” precocemente, vítimas da infância roubada (p. 2).

A educação, do ponto de vista da cidadania, deve propiciar oportunidades para formação de sujeitos políticos e críticos, que não sejam controlados pela opinião pública e pela mídia, a ponto de banalizar a violência e a injustiça social, a incitação desenfreada ao consumo, deve apropriar-se da informação, para ligar o indivíduo ao resto do mundo, comunicar a ciência e a cultura, imagens de infinidade de encantos e deslumbramentos, de humor, entretenimento e fantasias para todas as idades. A escola pode invadir os meios de comunicação e, pelo menos, ensinar a decifrar os códigos e mensagens, ler imagens, selecionar informações e programas, analisar criticamente os conteúdos.

O mundo é diverso e contraditório, cheio de rituais, símbolos e costumes. As pessoas carregam dentro de si toda essa riqueza que é próprio da riqueza cultural do homem, além do mais traz em si a memória, sofrimento e esperança, as labutas do dia a dia, a expectativa de que dias melhores estão por vir. Carregam em si toda a história, seu passado, o presente e as contradições sociais;

[...] o mundo do trabalho e do consumo – o agrícola e o industrial, o desemprego e a ocupação temporal, o mundo artesanal que vai se extinguindo e o das grandes superfícies comerciais que conformam novas formas uniformes de vida, o dos múltiplos serviços, o dos grêmios, sindicatos e cooperativas e o mundo da cultura: arte, música, cinema, teatro (p. 2).

Tudo isto faz parte da vida humana, compõem a sua história, consolida processos sociais conflitantes tendo em vista tamanha sua complexidade. Para tratar destas questões, a escola deverá ser reinventada tendo em vista os grandes desafios que ela enfrenta.



Na história da educação brasileira, observam-se muitas demandas reprimidas, principalmente no que se refere ao acesso e permanência de setores da população mais excluídos da vida social e a oferta de um ensino público de qualidade. Esses resultados negativos muito têm a ver com o tipo de estrutura e gestão do sistema de ensino brasileiro, que segundo os autores (2005) é altamente elitista e excludente em suas próprias regras de funcionamento. Outro aspecto de grande importância para a necessária reestruturação da política de educação no Brasil, diz respeito ao seu papel em termos de formação humana, o que segundo estes autores reforça a necessidade de se repensar o planejamento educacional, considerando-se os educandos na definição e na execução desta política. O que eles propõem está relacionado a uma concepção mais ampla de educação que seja capaz de incluir as diversidades e atuar para além dos muros da instituição. A proposta de se pensar numa escola cidadã vai nessa direção (REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG, 2005).

A proposta de uma educação cidadã parte do princípio da gestão democrática de escola (administrativa, financeira e pedagógica),

e está diretamente articulada com um projeto de sociedade na busca da superação do autoritarismo e da exclusão social do povo. E, consequentemente, da desumanização que resulta desse processo social em que vivemos hoje no Brasil, na América Latina e na maior parte das regiões do globo (REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG, 2005).

A educação pública precisa ser repensada à luz de uma visão de mundo humanista-libertadora, capaz de promover a emancipação social, superar mecanismos de exclusão social que condenam os já excluídos a ficarem a margem do acesso à educação. Neste sentido a escola democrática que compreenda valores éticos, humanos e inclusivos deverá colocar-se na luta por uma educação de qualidade para todos.

A escola em sua organização autônoma e criativa, enquanto espaço formador e socializador de cultura, deve consolidar processos de gestão mais democráticos que envolva não só a comunidade escolar como também o seu entorno social.

Nesse sentido, a escola deve ser aberta e estar a serviço da comunidade através de uma gestão que envolva todos os setores interessados no sucesso da educação e contemple a cultura, a realidade e o mundo vivido da população que constitui seu entorno, com seus saberes, lutas, conquistas, desafios, incertezas, esperanças e anseios por uma vida mais digna e feliz para todos (REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG, 2005).

Segundo estes autores, é evidente que a participação da comunidade, dos educandos, professores e funcionários na gestão de um novo projeto educacional proporcionará um melhor funcionamento da escola, produzindo relações mais



humanizadas, a comunidade passa a compreender os desafios do contexto escolar, tornando-se também partícipes. A produção dos conhecimentos mais significativos para a vida dos educandos combinam os saberes produzidos pela academia e os conhecimentos advindos da população. Cada um a seu modo deve se dispor a promover um processo educativo incluyente, autônomo e democrático.

Uma escola que seja verdadeiramente inclusiva traz para dentro da sala de aula as experiências locais e regionais e as transforma no mais valioso de todos os conhecimentos, pois a interlocução entre teoria e prática é que faz a razão de ser de todo processo educativo. Não basta simplesmente incluir pessoas das mais diferentes culturas e condições socioeconômicas. A escola tem que entender suas histórias de vida e fazer das suas vivências um conhecimento que seja realmente transformador. Neste ambiente os valores emancipatórios devem ser afirmados no campo das relações interpessoais, nos processos de ensino e aprendizagem, no campo da gestão administrativa e burocrática. Sua formação deve ser libertadora, formadora de sujeitos históricos críticos e conscientes, capazes de conquistar e exercer sua cidadania.

Por sua característica de relação humana, a educação só pode dar-se mediante o processo pedagógico, necessariamente dialógico, não dominador, que garanta a condição de sujeito tanto do educador quanto do educando. Por sua imprescindibilidade para a realização histórico humana, a educação deve ser direito de todos os indivíduos enquanto viabilizadora de sua condição de seres humanos (PARO, 2000 apud REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG, 2005. p.8).

Para pensar uma cidade como espaço de formação e intercâmbio, torna-se necessário reconhecer que o

[...] território, [...] repleto de linguagens múltiplas, de ruídos naturais e artificiais, de odores e sabores, de paisagens que vão se transformando, de realidades visíveis e subterrâneas [...] reais e simbólicas, de solidões e encontros, de sonhos e frustrações [...](REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG, 2005. p. ).

Segundo os autores (2005) é possível pensar as cidades, como espaços para encontros e intercâmbios, com equipamentos e infraestruturas culturais, lúdicas e formativas. Estas cidades precisam ser planejadas de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com a participação da escola e todo seu arsenal de conhecimentos acadêmicos e científicos, o qual poderá entrar em contato com o conhecimento produzido na comunidade proporcionando novas formas de interlocução entre os diversos saberes.

Para REDIN, ZITKOSKI e WÜRDIG (2005) ressaltam a de cidade como espaço de existência plena da cidadania, onde todas as pessoas ensinam e aprendem conhecimentos significativos, onde os excluídos do convívio social também sejam reconhecidos e inseridos. Ao citar Carbonel (2002), os autores (2005) des-



tacarão que uma cidade educadora deve ter como premissas a reestruturação do seu território, com vistas a um novo ordenamento social mais inclusivo; a luta contra o fracasso no âmbito educacional não pode ser obstáculo para se pensar modelos cada vez mais promissores de desenvolvimento socioeducacional, além disso, a cidade deverá incluir-se no recinto educativo, mobilizar a comunidade escolar para atuar nos demais espaços de sociabilidade, promover a coesão social em torno da democracia e da cidadania, inserir o mundo do trabalho no ambiente escolar e criar espaços de participação e controle da sociedade civil em articulação com o poder público.

### **EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADE COMPROMETIDA COM UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA**

A educação no contexto das cidades, segundo Dowbor (2007) suscita algumas reflexões sobre a melhor maneira de se criar condições para educação voltada para o desenvolvimento social. Esta compreensão não pode se restringir a currículos centrados em uma formação de pessoas úteis para o mercado de trabalho. Mas de intensificar uma proposta educacional para o desenvolvimento social e local, procurando formar pessoas que amanhã possam fazer a diferença e participarem ativamente das iniciativas da sua região, engajados em processos emancipatórios da sua comunidade.

Para este autor quando se tenta iniciativas educativas voltadas para o desenvolvimento social, constata-se que não só as crianças, mas até os adultos desconhecem desde a origem do nome da sua própria rua até os potenciais do subsolo da região onde se criaram. Neste sentido ele vai ressaltar que o conceito de cidadania “ativa” está relacionado com o de “cidadania informada” e isto começa cedo, principalmente com as crianças e os adolescentes. Neste caso, a educação não pode servir apenas para que as pessoas consigam escapar da sua região, mas dar-lhes conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la (DOWBOR, 2007).

Segundo o autor (2007)

Há uma dimensão pedagógica importante nesse enfoque. Ao estudarem de forma científica e organizada a realidade que conhecem por vivência, mas de forma fragmentada, as crianças tendem a assimilar melhor os próprios conceitos científicos, pois é a realidade delas que passa a adquirir sentido (p. 77).

Essas crianças passam a ver a ciência como instrumento para compreensão de sua própria vida em seu conjunto de experiências familiares e sociais. Ela



deixa de ser algo estéril, penoso, dissociado da realidade que precisa ser assimilado para tornar-se um instrumento de transformação da própria realidade social. Portanto há uma dimensão pedagógica importante no uso do conhecimento científico para a organização da sociedade que passa a compreender os processos de produção e de reprodução da vida social.

A cidade enquanto espaço de socialização de convívio tem que procurar oferecer as condições para que a participação social se expresse de forma mais concreta. Isto significa que nos espaços adensados pela superpopulação, por exemplo, ações e dinâmica de colaboração devem predominar no contexto urbano, uma vez que a participação e o engajamento de todo cidadão afeta a sociedade de um modo geral, portanto, todos os indivíduos são convocados a fazerem sua parte.

Não adianta uma residência combater o mosquito da dengue se o vizinho não colabora. A poluição de um córrego vai afetar toda a população que vive rio abaixo. Assim, enquanto a qualidade de vida da área rural dependia em grande parte da iniciativa individual, na cidade passa a ser essencial a iniciativa social, que envolve muitas pessoas e a participação informada de todos (DOWBOR, 2007. p 79).

É no âmbito do território que as pessoas se identificam enquanto membros pertencentes de uma comunidade. Nas relações estabelecidas no âmbito comunitário, as pessoas podem administrar problemas que lhes são comuns. Nesse processo de colaboração e participação popular gera-se um capital social, ou seja, uma riqueza que é produzida por todos da comunidade, que num esforço conjunto, articulam-se para enfrentarem seus problemas sociais.

A riqueza de iniciativas comunitárias torna-se um diferencial quando visa atender as carências de uma determinada população, quando é pensada e produzida por aqueles que convivem diretamente com seus problemas. O Estado, neste sentido, deve desenvolver processos de gestão que aproximem as políticas públicas dessas demandas, em que a comunidade tenha voz e vez.

Em outros termos, se antigamente o enriquecimento e a qualidade de vida dependiam diretamente, por exemplo, numa propriedade rural, do esforço da família, na cidade a qualidade de vida e o desenvolvimento vão depender cada vez mais da capacidade inteligente de organização das complementaridades, das sinergias no interesse comum. É nesse plano que desponta a imensa riqueza da iniciativa local: como cada localidade é diferenciada, segundo o seu grau de desenvolvimento, a região onde se situa a cultura herdada, as atividades predominantes na região, a disponibilidade de determinados recursos naturais, as soluções terão de ser diferentes para cada uma. E só as pessoas que vivem na localidade, que a conhecem efetivamente, é que sabem realmente quais são as necessidades mais prementes, os principais recursos subutilizados, e assim por diante. Se elas não tomarem iniciativas, dificilmente alguém o fará para elas (DOWBOR, 2007. p 79).



Os espaços de controle das políticas enquanto as instâncias de participação de grupos comunitários organizados, associações de bairro, os conselhos de políticas públicas, movimentos sociais são espaços, onde cada indivíduo pode exercer a sua cidadania, reivindicar e atuar ativa e propositivamente para melhor condução das ações políticas necessárias às demandas e problemas específicos de cada localidade.

Torna-se necessário, então romper com os individualismos institucionais, em que a iniciativa individual de uma grande organização estatal ou privada poderá dar lugar para o desenvolvimento de experiências mais colaborativas no âmbito do território. As inúmeras instituições da sociedade civil organizada em parceria com o poder público devem encontrar soluções que sejam realmente eficazes para o bem-estar de cada localidade.

## **CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS DISCUSSÕES**

O presente texto procurou suscitar algumas reflexões sobre alternativas para uma cidade educadora e mais humanizada, que poderá ser uma realidade, a partir do momento em que haja criação e efetivação de políticas públicas mais inclusivas capazes de reverter o processo de exclusão e de segregação da sociedade. As discussões sobre a necessidade de se repensar uma educação mais ampla que esteja articulada com a construção da cidadania e de uma cultura de vida em sociedade, que estimule a participação social, fortaleça vínculos solidários e comunitários, também foram pontos que contribuíram, não só para problematizar o assunto, mas também apontar para algumas possibilidades que podem ser trabalhadas, não só no campo da educação, como também no campo político e social.

A promoção de espaços educativos alternativos e diversificados é de primordial importância, uma vez que a educação não se encerra nos muros de uma instituição escolar. As ações socioeducativas devem ser de responsabilidade de todos, incluindo da família que é o primeiro grupo de contato afetivo e social dos indivíduos. Os laços de pertencimento, amor, amizade e confiança são construídos no ambiente familiar. É dever do Estado, garantir políticas públicas inclusivas que acolham todas as diversidades de pessoas, de culturas e de modos de vida.

A educação não pode limitar-se a repassar conhecimentos abstratos, pois não se trata de uma formação bancária, onde o educando se torna um mero repositório de conhecimento. A escola deve assumir o seu papel de articuladora entre as demandas da comunidade e os conhecimentos necessários para superação dos seus problemas. Não se trata de diferenciar uma educação para rico, e



outra para o pobre, mas se trata de promover uma educação mais emancipatória e inclusiva, de forma a oferecer ao seu público as condições necessárias para que ele tenha condições para conduzir sua vida, pensar autonomamente sem estar alienado ou ser manipulado pelos discursos ideológicos e/ou doutrinários.

Merece destaque também, o fato de que a cidadania e a autonomia são fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e emancipada. A educação nesse contexto de novos desafios deve colaborar para efetivação de um novo projeto de sociedade. Ela pode articular redes de pessoas e instituições para atuar desenvolvendo várias ações, dentre elas: a produção do conhecimento articulado com os diversos saberes; divulgação de informações no campo da educação, cultura e organização política de movimentos sociais emancipatórios. Estimular a constituição de fóruns de debates, grupos de trabalho que possam atuar em projetos inovadores não só da gestão escolar, mas também projetos sociais que estejam em sintonia com as demandas sociais.

Garantir formação continuada para o corpo docente e do toda sua equipe, não só dos conhecimentos concernentes à educação formal, mas, sobretudo de questões políticas e sociais e que estejam sintonizadas com a noção de progresso para além do desenvolvimento econômico, mas que abrange as outras esferas da sociedade. As comunidades escolares também são partícipes na construção da história e as relações que são estabelecidas no ambiente escolar devem confluir para a promoção da dignidade humana. Sua gestão deve superar a lógica da exclusão tão enraizada no sistema brasileiro de ensino. Ela precisa favorecer o acesso e a permanência de todos os educandos em seu meio, eliminando mecanismos de exclusão que podem expressar-se em práticas de relações hierarquizadas ou autoritárias, regras de caráter repressivo ou discriminatório e dar lugar a uma pedagogia que possibilite uma formação crítica e reflexiva, pautada no respeito ao diferente e com critérios includentes, que esteja próxima do cotidiano das pessoas, dialogando com os sujeitos mais diversos.

Destaca-se que o papel da cidade enquanto espaço socioeducativo implica no fato de que esta enquanto local da sociabilidade e do encontro entre as mais diversas culturas precisa estar inserido no ambiente escolar com toda sua riqueza de vivências, de experiências, de contradições e de problemas.

Uma gestão democrática e participativa vem de encontro aos desafios sociais da atualidade que têm exigido da sociedade habilidade e competência para superá-los. Exige de todos, um envolvimento e um comprometimento maior e mais efetivo, logo, a família, a sociedade, o Estado devem trabalhar sintonizados a todas estas questões, tendo em vista o fim social a que a educação se destina, educar e formar cidadãos para vida em sociedade com dignidade e respeito às diferenças.



A autonomia escolar implica na sua capacidade para elaborar seu próprio projeto político pedagógico considerando a realidade social e trazendo-a para o conteúdo didático-pedagógico, a fim de compor as atividades pedagógicas dentro e fora da sala de aula. Outro ponto que merece ser ressaltado é o cuidado que se deve ter com o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações realizadas, tanto do ponto de vista da organização e do funcionamento das escolas, da “filosofia educacional” adotado, bem como do próprio desempenho escolar dos educandos. A avaliação é parte central do projeto escolar e abrange as mais diversas dimensões (burocrática, administrativa, didático-pedagógica, política, interpessoal, etc.) e como tal, não pode ser desconsiderada ou desvalorizada, pois adquire uma centralidade no contexto escolar e educacional.

## REFERÊNCIAS

CARBONEL, Jaume. A aventura de mudar. A mudança na escola. Art Med Editora. Porto Alegre. 2002.

DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. Estudos Avançados, v.21, n. 60, São Paulo, Maio/Ag. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200006>. Acesso em 25/08/2014.

REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José e WÜRDIG, Rogério Costa. ESCOLA CIDADÃ E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CIDADE EDUCADORA: desafios para repensar a vida em nossas cidades desde a perspectiva da infância. In.: Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”. Ano 1 – Nº 1 – Julho 2005.